



1º SIMULADO DE RETA FINAL DPE BA - DEFENSOR

Simulado DPE-BA Defensor

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Defensor Público do Estado da Bahia;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-DPE-BA-Defensor-19-06-21>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

DIREITOS HUMANOS

Lúcia Reinert

01. Assinale a alternativa correta em relação ao caso Luiza Melinho vs Brasil:

I- O Brasil foi responsabilizado perante a Corte Interamericana em caso que envolveu cirurgia de transgenitalização. Foi reconhecida a inércia do Estado Brasileiro em assegurar em tempo hábil a realização de cirurgia de afirmação sexual.

II- De acordo com a Comissão Interamericana, o Estado do Brasil teria violado os direitos humanos ao negar a realização de uma cirurgia de afirmação sexual através do sistema público de saúde e negado a custear com verbas públicas a realização da cirurgia em um hospital particular

III- No caso Luiza Melinho a Comissão Interamericana reconheceu a violação dos seguintes direitos: integridade pessoal, proteção da honra e dignidade, igualdade perante a lei, entre outros direitos previstos na CADH.

IV- A Corte Interamericana no caso Luiza Melinho vs Brasil estabeleceu que a orientação sexual, a identidade de gênero e a não discriminação por motivos de gênero são componentes fundamentais da vida privada das pessoas, o que deve ser respeitado pelos estados-membros.

V- A Corte Interamericana reconheceu que o direito à vida privada garante esferas da intimidade que o Estado ou ninguém pode invadir, tais como a capacidade para desenvolver a própria personalidade e aspirações e determinar sua própria identidade, campos de atividade das pessoas que são próprios e autônomos de cada um, tais como suas decisões, suas relações interpessoais e familiares e seu domicílio bem como

- a) Todas estão corretas
- b) Apenas a II e III estão corretas.
- c) Apenas a I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas uma está incorreta.
- e) Apenas I, II e III estão corretas.

02. Com o objetivo de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade foi aprovada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030 e os ODS afirmam que para pôr o mundo em um caminho sustentável é urgentemente necessário tomar medidas ousadas e transformadoras. Entre os temas indicados abaixo, assinale aquele que não integra um dos objetivos do desenvolvimento sustentável:

- a) Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, bem como acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- b) Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- c) Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- d) Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos que puderam arcar com o custo do serviço. No mais, deve ser assegurado o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
- e) Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

03. Diante da importância de ser reconhecido o conceito de vulnerável, com base no documento elaborado pela Corte Ibero-Americana, intitulado, “100 Regras Mínimas de Brasília” assinale a alternativa incorreta:

- a) No entendimento consensual das Corte Ibero-Americanas, o conceito de hipossuficiência não se restringe ao viés estritamente econômico, eis que a pobreza não é a única, mas apenas uma das formas possíveis de vulnerabilidade.
- b) De acordo com o documento aprovado na XIV Cúpula Judicial Iberoamericana, a pobreza é a única causa de vulnerabilidade, eis que as demais decorrem automaticamente da pobreza.

- c) As 100 Regras de Brasília foram difundidas pelos países envolvidos, de modo que o MERCOSUL editou recomendação reconhecendo a importância da autonomia e independência da Defensoria Pública como instituição pública essencial para garantia do acesso à justiça das pessoas vulneráveis.
- d) A mediação, a conciliação, a arbitragem e outros meios que não impliquem a resolução do conflito por um tribunal, podem contribuir para melhorar as condições de acesso à justiça de determinados grupos de pessoas em condição de vulnerabilidade, assim como para descongestionar o funcionamento dos serviços formais de justiça, de modo que deve ser implementado, sem que possível, pelos estados.
- e) O documento estabelece um rol exemplificativo de pessoas vulneráveis, a fim de que os Estados-partes possam estabelecer políticas e medidas que visem a promoção, proteção e efetivação dos diferentes grupos vulneráveis.

04. A Defensoria Pública tem legitimidade para a impetração de Habeas Corpus coletivos em prol dos grupos vulneráveis. Em relação a essa temática, assinale a alternativa correta levando-se em consideração o entendimento do Supremo Tribunal Federal e a sistemática dos Direitos Humanos.

- I. O microsistema de normas de direito coletivo como a Lei da Ação Civil Pública, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei do Mandado de Segurança, a Lei do Mandado de Injunção, entre outras, autoriza a impetração do writ na modalidade coletiva.
- II. O art. 25, 1, da Convenção Americana de Direitos Humanos, garante o emprego de um instrumento processual simples, rápido e efetivo para tutelar a violação a direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição, pela Lei ou pela citada Convenção
- III. Tanto o STJ quanto o STF reconheceram a legitimidade da Defensoria Pública para a impetração do writ na modalidade coletiva.
- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Todas as afirmações estão incorretas.
- c) Apenas a I e III estão corretas.
- d) Apenas a II e III estão corretas.
- e) Apenas a I e II estão corretas.

05. Em relação a temática do Depositário Infiel, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Supremo Tribunal Federal ao interpretar o art. 5º, inc. LXVII e §§ 1º, 2º e 3º, da CF, à luz do art. 7º, § 7, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) reconheceu a inconstitucionalidade da prisão civil em razão da pessoa ser depositário infiel.
- b) De acordo com o julgamento do RE 466.343 o Supremo Tribunal Federal, com fulcro no artigo 7º, §7º da Convenção Americana de Direitos Humanos, reconheceu que qualquer prisão civil é inconstitucional.
- c) No plano do direito internacional dos direitos humanos, notadamente em virtude do enfoque pautado pelo controle de convencionalidade, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, no seu artigo 11, estabelece que *“ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual”*, ao passo que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), no artigo 7, nº 7, consagra que *“ninguém deve ser detido por dívidas. Assim, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que em razão da hierarquia supralegal (STF) dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos teria ocorrido a revogação da prisão do depositário infiel.*
- d) No plano do direito internacional dos direitos humanos, notadamente em virtude do enfoque pautado pelo controle de convencionalidade, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, no seu artigo 11, estabelece que *“ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual”*, ao passo que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), no artigo 7, nº 7, consagra que *“ninguém deve ser detido por dívidas. Assim, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que em razão da hierarquia constitucional (STF) dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos teria ocorrido a revogação da prisão do depositário infiel.*

e) No plano do direito internacional dos direitos humanos, notadamente em virtude do enfoque pautado pelo controle de convencionalidade, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, no seu artigo 11, estabelece que *“ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual”*, ao passo que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), no artigo 7, nº 7, consagra que *“ninguém deve ser detido por dívidas. Assim, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que em razão da hierarquia supralegal (STF) dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos não teria ocorrido a revogação da prisão do depositário infiel, mas um efeito paralisante sobre a toda a legislação infraconstitucional que dispusesse de forma contrária aos textos internacionais, deixando de existir base legal para a prisão do depositário infiel*

06. No julgamento da ADI 3510 o Supremo Tribunal Federal manifestou-se em relação as células tronco embrionárias, in verbis: *“As “células-tronco embrionárias” são células contidas num agrupamento de outras, encontradas em cada embrião humano de até 14 dias (outros cientistas reduzem esse tempo para a fase de blastocisto, ocorrente em torno de 5 dias depois da fecundação de um óvulo feminino por um espermatozoide masculino)”. Em relação ao julgamento do STF e o Sistema Global de Direitos Humanos, assinale a alternativa INCORRETA:*

a) O Direito infraconstitucional protege por modo variado cada etapa do desenvolvimento biológico do ser humano. Os momentos da vida humana anteriores ao nascimento devem ser objeto de proteção pelo direito comum. De acordo com o STF, o embrião pré-implante é um bem a ser protegido, mas não uma pessoa no sentido biográfico a que se refere à Constituição.

b) O STF reconheceu que a Lei de Biossegurança caracteriza-se como regulação legal a salvo da mácula do aodamento, da insuficiência protetiva ou do vício da arbitrariedade em matéria tão religiosa, filosófica e eticamente sensível como a da biotecnologia na área da medicina e da genética humana. Trata-se de um conjunto normativo que parte do pressuposto da intrínseca dignidade de toda forma de vida humana, ou que tenha

potencialidade para tanto. A Lei de Biossegurança não conceitua as categorias mentais ou entidades biomédicas a que se refere, mas nem por isso impede a facilitada exegese dos seus textos, pois é de se presumir que recepcionou tais categorias e as que lhe são correlatas com o significado que elas portam no âmbito das ciências médicas e biológicas.

c) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a ilegitimidade das pesquisas com células-tronco embrionárias, inclusive para fins terapêuticos, eis que tal pesquisa significaria um desprezo e desapareço pelo embrião *“in vitro”*, o que violaria o Sistema Global de Direitos Humanos, pois a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o Pacto Internacional sobre os Direitos civis e Políticos (1966) vedam a referida prática.

d) Há no sistema global dos Direitos Humanos uma Declaração Universal sobre o Genoma Humanos e os Direitos Humanos, de modo que cabe aos Estados-partes tomarem as medidas adequadas, sejam de caráter legislativo, administrativo ou de qualquer natureza para implementar os princípios estabelecidos nas declarações Internacionais de Direitos Humanos.

e) A Lei de Biossegurança não veicula autorização para extirpar do corpo feminino esse ou aquele embrião. Eliminar ou desentranhar esse ou aquele zigoto a caminho do endométrio, ou nele já fixado. Não se cuida de interromper gravidez humana, pois dela aqui não se pode cogitar. (...) O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana opera por modo binário, o que propicia a base constitucional para um casal de adultos recorrer a técnicas de reprodução assistida que incluem a fertilização artificial ou *‘in vitro’*.

07. Em relação ao fundamento filosófico dos direitos humanos, assinale a alternativa incorreta.

- a) No campo das ideias políticas, Thomas Hobbes defendeu, em sua obra *Leviatã* (1651), que o primeiro direito do ser humano consistia no direito de usar seu próprio poder livremente, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida. É um dos primeiros textos que trata claramente do direito do ser humano, pleno somente no estado da natureza. Nesse estado, o homem é livre de quaisquer restrições e não se submete a qualquer poder.
- b) No seu livro *O direito da guerra e da paz* (1625), Grócio defendeu a existência do direito natural, de cunho racionalista – mesmo sem Deus, ousou dizer em pleno século XVII –, reconhecendo, assim, que suas normas decorrem de princípios inerentes ao ser humano, reconhecendo que há direitos inerentes a condição humana.
- c) Jhon Locke foi um dos pioneiros na defesa da divisão das funções do Poder, tendo escrito que “como pode ser muito grande para a fragilidade humana a tentação de ascender ao poder, não convém que as mesmas pessoas que detêm o poder de legislar tenham também em suas mãos o poder de executar as leis, pois elas poderiam se isentar da obediência às leis que fizeram, e adequar a lei a sua vontade, tanto no momento de fazê-la quanto no ato de sua execução, e ela teria interesses distintos daqueles do resto da comunidade, contrários à finalidade da sociedade e do governo”.
- d) Na obra *Contrato Social* (1762) de Jhon Locke o pensador defendeu uma vida em sociedade baseada em um contrato (o pacto social) entre homens livres e iguais, que estruturam o Estado para zelar pelo bem-estar da maioria.
- e) Cesare Beccaria defendeu ideias essenciais para os direitos humanos em uma área crítica: o Direito Penal. Em sua obra *Dos delitos e das penas* (1766), Beccaria sustentou a existência de limites para a ação do Estado na repressão penal e balizando o *jus puniendi*, com influência até os dias de hoje

08. Em relação a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e intangibilidade dos direitos humanos, assinale a alternativa incorreta:

- a) No Supremo Tribunal Federal, há precedentes que autorizam a intervenção do Poder Judiciário, exigindo do Poder Executivo a adoção de providências administrativas que visem à melhoria da qualidade da prestação do serviço de saúde pública.
- b) O STF reconheceu que a cláusula da reserva do possível não pode ser invocada com o propósito de obstaculizar a implementação de direitos, pois tal conduta do Poder Público viola a “garantia constitucional do mínimo existencial”, que é fruto, para o STF, da junção do art. 1º, III (dignidade humana), e do art. 3º, III (erradicação da pobreza e da marginalização, bem como redução das desigualdades sociais e regionais), da Constituição.
- c) O STF decidiu que há um núcleo de intangibilidade dos direitos fundamentais, que não pode sofrer com o argumento da “reserva do possível”, ainda que ausente verbas orçamentárias para a implementação dos direitos.
- d) É ilícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o art. 5º, XLIX, da Constituição Federal, não sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível nem o princípio da separação dos poderes
- e) Em relação ao direito à saúde, o STF concluiu que a intervenção judicial é possível, pois não há usurpação da separação de poderes, mas tão somente determinação judicial para que o “Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas

09. No Direito Internacional dos Direitos Humanos, a Declaração de Viena de 1993, emitida ao final da 2ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, dispôs, no parágrafo 1º da Parte I, que “os direitos humanos e as liberdades fundamentais são direitos naturais de todos os seres humanos”. Em relação ao jusnaturalismo, assinale a alternativa incorreta:

- a) No Supremo Tribunal, há clara influência da tradição jusnaturalista de percepção de direitos inerentes e mesmo não escritos ou não positivados.
- b) O Supremo Tribunal Federal reconheceu que a construção do significado de Constituição permite que sejam considerados não apenas os preceitos de índole positiva, expressamente proclamados em documento formal (que consubstancia o texto escrito da Constituição), mas, sobretudo, que sejam havidos, igualmente, por relevantes, em face de sua transcendência mesma, os valores de caráter suprapositivo, os princípios cujas raízes mergulham no direito natural e o próprio espírito que informa e dá sentido à Lei Fundamental do Estado”.
- c) O reconhecimento de direitos não expressos é feito para justificar efeitos ainda não previstos de determinado direito fundamental, como por exemplo o direito de greve.
- d) O direito natural foi ainda utilizado para reconhecer os direitos novos, como o “direito à fuga”, não positivado na Constituição ou nos tratados de direitos humanos celebrados pelo Brasil.
- e) Para o STF a fuga não é um direito natural, razão pela qual pode ser considerada como fator negativo.

10. Assinale a alternativa correta em relação ao Direito Internacional dos Direitos Humanos:

- a) Os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) poderão consultar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a interpretação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos.
- b) A Corte Internacional de Justiça, a pedido de um Estado-membro da Organização dos Estados Americanos, poderá emitir pareceres sobre a compatibilidade entre qualquer de suas leis internas e os mencionados instrumentos internacionais.
- c) A opinião consultiva de compatibilidade ocorre quando a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a pedido de um Estado-membro da Organização emite pareceres sobre a compatibilidade entre qualquer de suas leis internas e os mencionados instrumentos internacionais.
- d) Os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) poderão consultar a Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a interpretação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos. Neste caso, estaremos diante da opinião consultiva de compatibilidade.
- e) Os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) poderão consultar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a interpretação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos. Neste caso, estaremos diante da opinião consultiva de interpretação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Jean Vilbert

11. No que tange ao estabelecimento de limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal, tal prerrogativa compete

- a) ao Presidente da República.
- b) às Assembleias dos Estados.
- c) ao Senado Federal.
- d) à Câmara dos Deputados.
- e) à Comissão de Finanças e Orçamento do Congresso Nacional.

12. Governador afastado do cargo:

- a) Mantém a legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.
- b) Pode propor ação direta de inconstitucionalidade mediante anuência do exercente do cargo.
- c) Não detém legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.
- d) Mantém legitimidade anômala para iniciar o controle abstrato de normas.
- e) Não pode propor ação direta de inconstitucionalidade, mas mantém a prerrogativa quanto à ação declaratória de constitucionalidade.

13. Trata-se de requisito da petição inicial ação declaratória de constitucionalidade:

- a) A indicação do ato normativo questionado, independentemente dos fundamentos jurídicos do pedido, considerando a causa de pedir aberta.
- b) O pedido, com ou sem especificações.
- c) A demonstração existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação.
- d) Os fundamentos jurídicos do pedido, independentemente da indicação do ato normativo questionado, considerando a não vinculado ao pedido à declaração de constitucionalidade.

e) A indicação existência de dúvida relevante sobre a aplicação do dispositivo questionado, independentemente da existência de controvérsia judicial.

14. Sobre a desapropriação, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Público municipal pode exigir do proprietário do solo urbano não edificado ou não utilizado, incluído ou não na área incluída no plano diretor, que promova seu adequado aproveitamento.
- b) Os imóveis públicos poderão ser adquiridos por usucapião com prazo mais dilatado do que o aplicável aos imóveis privados.
- c) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com indenização prévia ou a posteriori, em qualquer caso em dinheiro.
- d) Na desapropriação por imóvel subutilizado, a indenização poderá ser mediante títulos da dívida pública, aprovada a emissão pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos.
- e) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na Lei Orgânica do Município.

15. Sobre a Política Urbana, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA

- a) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de duzentos mil habitantes.
- b) No caso de imóvel não edificado, subutilizado ou não utilizado, se o proprietário não promover seu adequado aproveitamento, caberá imposição alternativa de parcelamento compulsório, taxaço ou desapropriação.
- c) O plano diretor é proposto pela Câmara de Vereadores e aprovado pelo Prefeito Municipal.
- d) O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
- e) A Lei Orgânica Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

16. Sobre a imunidade parlamentar:

- a) Pela sua característica absoluta, protege até mesmo ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático.
- b) Protege manifestações que podem ser interpretadas como visando ao rompimento do Estado de Direito, devido à subjetividade interpretativa.
- c) Assegura aos parlamentares a inviolabilidade civil, mas não penal, por suas opiniões, palavras e votos.
- d) Deve ser considerada absoluta, pois fundamental à própria manutenção do Estado Democrático de Direito e à Separação dos Poderes.
- e) Pode ser afastada no caso de crime materialmente insuscetível de fiança.

17. Quanto aos municípios, segundo o texto da Constituição Federal

- a) O subsídio dos Vereadores será fixado pela própria Câmara de Vereadores, em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e na Constituição Federal.
- b) Compete aos municípios organizar os municípios criados por lei estadual.
- c) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- d) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de trinta dias, e aprovada pela Câmara Municipal.
- e) No âmbito dos Municípios, o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio da Comissão Orçamentária e Financeira.

18. Quanto ao processo legislativo, segundo o texto da Constituição Federal

- a) O Presidente da República detém a iniciativa para promulgação de emenda constitucional.
- b) O veto parcial poderá abranger texto parcial de artigo, mas não de inciso, parágrafo ou alínea.
- c) Lei complementar deverá dispor sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

d) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada só pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa se houver requerimento de um terço da respectiva Casa.

e) É vedado ao Presidente da República editar medida provisória que trate sobre nacionalidade, mesmo que para acolher indivíduos que solicitam asilo político.

19. Constitui poder dos Estados, unidades da federação, de elaborar as suas próprias constituições, o poder constituinte

- a) Originário
- b) Derivativo
- c) Reformador
- d) Revisor
- e) Decorrente

20. Sobre os efeitos jurídicos do novel coronavírus:

- a) Mesmo diante da pandemia, o Presidente da República não está autorizado a dispor, mediante decreto, sobre os serviços públicos e atividades essenciais.
- b) A diretriz constitucional da hierarquização do Sistema Único de Saúde enseja comando único dentro de cada uma dessas esferas respectivas de governo, mas não hierarquia entre União, Estados e Municípios.
- c) É possível suspender os prazos de resposta a pedidos de acesso à informação nos órgãos ou nas entidades da administração pública cujos servidores estejam sujeitos a regime de quarentena.
- d) É admitido que Estados e Municípios fechem suas fronteiras e rodovias interestaduais e intermunicipais para limitar a transmissão do vírus.
- e) Com o regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, é possível a flexibilização das limitações legais relativas às ações governamentais de despesas de modo perene.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

21. No que diz respeito ao tema improbidade administrativa, assinale a alternativa correta

- a) Conforme entendimento sumulado, ao particular não se aplica o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.
- b) Nos termos da Lei n. 8.429/1992, é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações civis de improbidade.
- c) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- e) Os agentes políticos, inclusive o Presidente da República, encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.

22. No que se refere aos poderes administrativos, em especial, ao poder de polícia, assinale a alternativa correta, de acordo com a recente jurisprudência dos Tribunais Superiores

- a) O STF tem entendimento pacificado no sentido de que é inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito quando se trate de imposição de sanções administrativas.
- b) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- c) O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT não detém competência para a fiscalização do trânsito nas rodovias e estradas federais, não podendo aplicar, em consequência, penalidade por infração ao Código de Trânsito Brasileiro.

d) Um dos atributos do poder de polícia é a autoexecutoriedade, que permite a Administração Pública, com seus próprios meios, executar seus atos e decisões, sem precisar de prévia autorização judicial. Assim, a autoexecutoriedade retira da Administração Pública a possibilidade de valer-se de decisão judicial que lhe assegure a providência fática que almeja, já que as medidas tomadas pelo Poder Público no exercício do poder de polícia são sempre suficientes.

e) Sobre o prazo prescricional da sanção de polícia, é pacífico o entendimento de que Estados e Municípios aplicarão sempre o prazo de 05 anos, previsto no Decreto 20.910/32.

23. Acerca do processo administrativo disciplinar, responda

- a) A portaria de instauração do processo administrativo-disciplinar prescinde de minuciosa descrição dos fatos imputados, sendo certo que a exposição pormenorizada dos acontecimentos se mostra necessária somente quando do indiciamento do servidor.
- b) Instaurado o competente processo administrativo-disciplinar, se houver irregularidades ocorridas durante a sindicância, haverá nulidade.
- c) A autoridade administrativa não pode aplicar a pena de demissão quando em processo administrativo disciplinar é apurada a prática de ato de improbidade por servidor público, devendo ser proposta ação civil pública por improbidade administrativa.
- d) Em decorrência da prática de determinado ato, quando apurada a responsabilidade criminal pelo Poder Judiciário, necessariamente resta reconhecida a prática de ilícito civil e administrativo, sendo que o inverso, qual seja, a apuração de ilícito civil e administrativo, não implica reconhecimento inerente da responsabilidade penal.
- e) O prazo prescricional previsto na lei penal somente se aplica às infrações disciplinares também capituladas como crime se houver a apuração criminal da conduta do servidor por meio de inquérito ou processo penal.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

24. Assinale a alternativa correta quanto à legislação florestal:

- a) São consideradas áreas de preservação permanente as áreas em altitude superior a 1.400 (mil e quatrocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- b) A obrigação de recompor a vegetação irregularmente suprimida em área de preservação permanente tem natureza pessoal e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.
- c) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de interesse social.
- d) O órgão estadual integrante do Sisnama ou instituição por ele habilitada deverá aprovar a localização da Reserva Legal, mesmo que o imóvel não esteja cadastrado no Cadastro Ambiental Rural – CAR.
- e) O percentual mínimo da área que deve ser preservada à título de reserva legal de imóvel rural localizado fora da Amazônia Legal é de 20%.

25. Assinale a alternativa correta:

- a) O órgão central do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC é o Instituto Chico Mendes.
- b) O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é preservar a natureza.
- c) O Monumento Natural é unidade pertencente ao grupo de proteção integral.
- d) A Reserva Biológica pode ser composta por áreas públicas ou privadas.
- e) Na Reserva Extrativista a visitação pública é proibida, a fim de garantir a preservação do meio ambiente.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

Felipe Cavalcante

26. João, empregado em uma indústria de reciclagem de resíduos, fraturou um braço enquanto descarregava o material no pátio da empresa. À luz da legislação vigente, assinale a alternativa incorreta.

- a) Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.
- b) Será considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.
- c) A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador; devendo prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.
- d) Considera-se acidente do trabalho a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação ministerial competente.
- e) Equipara-se ao acidente do trabalho aquele sofrido pelo segurado, fora do local e horário de trabalho, em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo, quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão de obra, em veículo de propriedade do segurado.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

27. Sobre o crime de moeda falsa previsto no art. 289, do Código Penal, é **CORRETO** afirmar:

- a) Quem, por conta própria ou alheia, importa ou exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda ou introduz na circulação moeda falsa, responde pelas mesmas penas do *caput*, mas diminuída de 2/3 (dois terços), se de boa-fé.
- b) Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é punido com pena de detenção.
- c) É punido com reclusão e multa, o funcionário público ou diretor, gerente, ou fiscal de banco de emissão que fabrica, emite ou autoriza a fabricação ou emissão de moeda com título ou peso inferior ao determinado em lei e de papel-moeda em quantidade superior à autorizada.
- d) O crime de moeda falsa previsto no art. 289, § 1º, do Código Penal exige que o agente introduza na circulação moeda falsa, de modo que a mera importação para fins de coleção leva a atipicidade da conduta.
- e) Por ser crime formal e de perigo, não admite tentativa.

28. Sobre os crimes contra a honra, correto afirmar que:

- a) As penas cominadas aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido contra o Presidente e Vice-Presidente da República, ou Ministros do Supremo Tribunal Federal
- b) injuriar alguém utilizando elementos referente à etnia comina a pena de um a três anos e multa
- c) O agente que, antes da sentença, se retrata cabalmente da injúria, calúnia ou da difamação, fica isento de pena.
- d) O defensor público ou privado que ofende terceiro em juízo, na discussão da causa, responde pela injúria, mas tem a pena diminuída de um a dois terços.
- e) Se o crime for cometido na presença de várias pessoas ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores, aplica-se em triplo a pena.

29. Sobre as excludentes de ilicitude, previstas no Código Penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) mesmo em legítima defesa, o agente poderá responder pelo excesso doloso ou culposos.
- b) não há previsão de legítima defesa se o direito em perigo for de terceiro.
- c) configura-se legítima defesa quem, usando imoderadamente dos meios necessários, repele justa agressão atual a direito seu.
- d) A inexigibilidade de conduta diversa e a inimizabilidade são causas excludentes de ilicitude.
- e) o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes age em exercício regular de direito, excluindo, portanto, a culpabilidade.

30. O princípio da insignificância defende a não intervenção do Direito Penal para coibir ações típicas que causem ínfima lesão ao bem jurídico tutelado. Todavia, não se aplica o referido princípio para os casos em que:

- a) ocorra o uso de documento médico falso para fins de ausência no trabalho.
- b) o agente pratique crime de furto qualificado mediante concurso de duas ou mais pessoas
- c) ocorre furto famélico.
- d) a vítima é criança ou adolescente.
- e) há falsificação de moeda em que em pouca quantidade.

31. Rodolfo, paleontólogo, fanático por dinossauros, pretendendo traficar fósseis, entra em um museu público disposto a furtar alguns exemplares. Durante a sua visita, apresentou-se como pesquisador e se identificou como profissional enviado pela universidade para estudo do material do museu. Ana, estagiária, mostrou a Rodolfo a coleção que estava sendo estudada e que seria colocada futuramente em exposição no museu. Aproveitando da sua condição de profissional, após descuido da estagiária, Rodolfo colocou uma rocha em sua mochila, acreditando tratar-se de um fóssil. Ao tentar sair do museu, um segurança o aborda e pede para que mostre o interior da mochila, constatando a presença do material furtado. Levado à delegacia e, submetido material apreendido à perícia, verificou-se tratar de rocha sedimentar, sem presença de fóssil e com relativo valor econômico e científico. Nesse caso, verifica-se a ocorrência de:

- a) tentativa inidônea.
- b) erro quanto à coisa, devendo responder em tese pelo furto simples consumado do fóssil.
- c) erro quanto à coisa, devendo responder em tese pelo furto qualificado tentado da rocha comum.
- d) erro quanto à coisa, devendo responder em tese pelo furto qualificado consumado da rocha comum.
- e) erro quanto à coisa, devendo responder em tese pelo furto simples tentado do fóssil.

32. Romeu, perdidamente apaixonado por Julieta, começou a persegui-la em todas as redes sociais, curtindo suas fotos, comentando seus posts e *lives*, mandando mensagens e fazendo ligações. Sentindo-se mal, Julieta o bloqueou virtualmente. Após alguns dias, notou que Romeu estava sempre nos mesmos lugares que ela frequentava e a seguia para casa e trabalho. Sentindo-se perseguida, Julieta procurou a delegacia para noticiar o acontecido. Quanto ao caso em comento, é correto afirmar:

- a) por se tratar de perseguição à mulher, dispensa-se a representação da vítima.
- b) a pena é aumentada de metade se o crime é cometido contra mulheres.

c) para que a pena seja aumentada de metade, uma das hipóteses é que o crime seja cometido necessariamente com emprego de arma de fogo.

d) a lei exige que a perseguição se dê reiteradamente, o que implica a classificação do delito como habitual, não bastando um ato para a sua configuração.

e) havendo bloqueio, verifica-se a modalidade tentada do crime.

33. Sobre o crime de denúncia caluniosa, assinale a alternativa **incorreta**:

a) Quanto ao sujeito ativo, o crime é comum, de modo que autoridades que atuam na área criminal também podem praticar o delito, como delegados, promotores, procuradores e até mesmo magistrados.

b) A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

c) Por ser sua conduta fracionável, classifica-se com plurissubsistente e admite a tentativa (conatus).

d) A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

e) a Lei 14.110, de 18 de dezembro de 2020, alterou o artigo 339 do Código Penal, que trata do crime de denúncia caluniosa, que era um crime formal e passou a ser um crime material.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

34. A impossibilidade de decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia, prevista no artigo 313, § 2º do Código de Processo Penal, demonstra a preocupação do legislador, mais diretamente, com a observância

- a) do sistema acusatório adotado pelo direito processual penal brasileiro, de modo a impedir a iniciativa do juiz em questões que tragam prejuízo ao réu, resguardando-se a imparcialidade;
- b) do princípio da ampla defesa, nesse caso consubstanciado na necessidade de oitiva do acusado antes de eventual segregação cautelar;
- c) do ônus probatório que deve recair sobre a acusação, não sendo possível a transferência de tal ônus ao réu, uma vez que é presumido inocente;
- d) do princípio da não culpabilidade, na medida em que a prisão é a *ultima ratio* no ordenamento jurídico brasileiro, somente sendo cabível, em regra, quando definitiva a condenação criminal;
- e) do princípio do *favor rei* ou da máxima *in dubio pro reo*, na medida em que os tribunais costumavam determinar o cumprimento imediato da pena após a sentença de primeiro grau.

35. De acordo com as normas vigentes e eficazes do Código de Processo Penal, o inquérito policial

- a) não pode ser instaurado quando cabível o acordo de não persecução penal em favor do acusado.
- b) possui como características a inquisitorialidade, o sigilo e a obrigatoriedade.
- c) pode ser arquivado diretamente pelo Ministério Público, independentemente de qualquer intervenção judicial.
- d) somente pode ser instaurado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- e) pode não ser instaurado pela autoridade policial após requerimento da parte ofendida, caso em que caberá recurso ao chefe de Polícia.

36. Em matéria de nulidades, considerando o disposto no Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

- a) as nulidades existentes na decisão de pronúncia devem ser arguidas no momento oportuno e por meio do recurso próprio, sob pena de preclusão.
- b) a inquirição das testemunhas pelo Juiz antes que seja oportunizada às partes a formulação das perguntas, com a inversão da ordem prevista no art. 212 do Código de Processo Penal, constitui nulidade absoluta.
- c) é nula a audiência de oitiva de testemunha realizada por carta precatória sem a presença do réu, por violação ao princípio da ampla defesa.
- d) as omissões da denúncia ou da queixa poderão ser supridas a todo o tempo, até o encerramento da instrução.
- e) de regra, em razão do princípio da causalidade, eventuais vícios na fase extrajudicial contaminam a respectiva ação penal.

37. A respeito das provas no processo penal, é correto afirmar:

- a) não há previsão legal de possibilidade de oitiva do perito que participou da prova pericial em audiência de instrução, cabendo às partes esclarecerem suas dúvidas por meio dos quesitos.
- b) o silêncio não importará em confissão e não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa, de modo que ao juiz é vedada qualquer menção ao silêncio do acusado como fundamento para condenar o réu.
- c) uma das hipóteses, expressamente previstas, em que se admite a realização do interrogatório do acusado por meio de videoconferência, é quando o local em que o réu estiver preso não dispuser da estrutura necessária à realização do ato.
- d) são absolutamente proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo.
- e) de acordo com o mais recente entendimento uníssono do Superior Tribunal de Justiça, o procedimento previsto em lei para o reconhecimento de pessoas é mera recomendação e sua inobservância não acarreta nulidade.

38. Considerando o contido no Título III do Código de Processo Penal (“Da ação penal”), assinale a opção correta.

- a) De acordo com o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública, em nenhuma hipótese poderá o Ministério Público deixar de promover a ação penal quando diante de um fato que configura ilícito penal.
- b) O ofendido ou seu representante legal poderá intentar ação penal privada subsidiária quando o Ministério Público houver promovido o arquivamento da investigação.
- c) Em crimes de ação penal privada, a representação do ofendido é irretratável depois de recebida a denúncia.
- d) Ao juiz não é admitido realizar a análise da adequação e suficiência das condições impostas no acordo de não persecução penal, cuja titularidade é do Ministério Público.
- e) Essencialmente, o acordo de não persecução penal poderá ser oferecido quando o investigado confessar a prática da infração penal sem violência ou grave ameaça, diante de uma pena mínima cominada inferior a 4 (quatro anos), desde que a medida seja necessária e suficiente para o caso.

39. Em relação à competência, considerando o disposto no Código de Processo Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa correta.

- a) Compete à Justiça Federal o julgamento de crimes conexos, no caso em que a competência de um deles seja da Justiça Estadual, não se aplicando a regra do Código de Processo Penal de preponderância do lugar da infração mais grave.
- b) A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- c) No concurso de infrações de menor potencial ofensivo, afasta-se a competência dos Juizados Especiais quando a soma das penas ultrapassar quatro anos.

d) Compete à Justiça Comum Estadual o julgamento de Prefeito Municipal acusado de desvio de verba pública, ainda que a prestação de contas correspondente seja de competência de órgão federal.

e) Ocorrerá a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo, desde que posterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL E EXECUÇÃO PENAL

Ivan Marques e Vitor de Luca

40. A respeito do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência (art. 24-A, da Lei 11.340/2006), indique a alternativa incorreta:

- a) trata-se de crime afiançável.
- b) está previsto em legislação penal especial.
- c) aplica-se para mulheres.
- d) admite interceptação telefônica.
- e) independe se a medida protetiva foi deferida por juiz cível.

41. O chamado Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019) criou, na Lei 9.296/96, o meio de obtenção de prova denominado CAPTAÇÃO AMBIENTAL. A respeito da captação ambiental, aponte a alternativa incorreta sobre a possibilidade legal de utilização:

- a) será cabível quando a prova não puder ser obtida por outros meios disponíveis e igualmente eficazes.
- b) o magistrado está vinculado à existência de elementos probatórios razoáveis de autoria e participação.
- c) será cabível em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos.
- d) O requerimento, até por desconhecer o local da captação, não precisa descrever circunstanciadamente o local de instalação do dispositivo de captação ambiental.
- e) será cabível em infrações penais conexas às cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos.

42. Não faz parte dos requisitos especiais para a progressão de regime de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência:

- a) não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa.
- b) não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente.
- c) ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento.
- d) ter cumprido ao menos 1/6 (um sexto) da pena no regime anterior.
- e) não ter integrado organização criminosa.

43. Em relação ao perfil genético do criminoso, aponte a alternativa correta:

- a) O condenado por crime hediondo somente será submetido à identificação do perfil genético se resultar morte da vítima.
- b) O condenado por crime hediondo que não tiver sido submetido à identificação do perfil genético por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional, somente será submetido a esse tipo de identificação se praticar novo delito.
- c) Deve ser viabilizado ao titular de dados genéticos o acesso aos seus dados constantes nos bancos de perfis genéticos, bem como a todos os documentos da cadeia de custódia que gerou esse dado, de maneira que possa ser contraditado pela defesa.
- d) A autoridade policial poderá requerer, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético, independentemente de autorização judicial.
- e) A recusa em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético caracteriza falta grave, por interpretação jurisprudencial.

44. Nos termos da LEP, aponte a alternativa que contém uma hipótese legal de utilização da monitoração eletrônica:

- a) para o regime aberto, no período noturno e nos dias de folga.
- b) para fiscalizar o cumprimento da pena restritiva de direitos fixada.
- c) para fiscalizar a proibição de frequentar determinados lugares e a limitação de final de semana.
- d) para as hipóteses de livramento condicional.
- e) para autorizar a saída temporária no regime semiaberto ou determinar a prisão domiciliar.

45. De acordo com a Lei de Execução Penal, caso seja verificada a exigência de que o sentenciado cumpra pena além dos exatos limites fixados no acórdão condenatório com trânsito em julgado, deverá ser instaurado:

- a) incidente de conversão da pena.
- b) incidente administrativo.
- c) incidente de indulto individual.
- d) incidente de excesso ou desvio de execução.
- e) incidente de chamamento da execução.

46. Com as alterações decorrentes do Pacote Anticrime, O agente que é reincidente no crime de adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, poderá progredir de regime com qual porcentagem de pena cumprida:

- a) 30%
- b) 40%
- c) 50%
- d) 60%
- e) 70%

DIREITO CIVIL

Gustavo Arruda

47. Sobre os vícios redibitórios, é possível dizer que:

- a) A coisa recebida em virtude de contrato aleatório pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminuam o valor.
- b) A coisa recebida em virtude de contrato de doação onerosa pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminuam o valor.
- c) Em vez de rejeitar a coisa, redibindo o contrato, pode o adquirente reclamar indenização moral.
- d) Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá tão-somente o valor recebido; se o não conhecia, restituirá o que recebeu com perdas e danos.
- e) A responsabilidade do alienante subsiste somente se a coisa perecer em seu poder; se perecer em poder do alienatário, só responde o alienante se o vício já era existente ao tempo da celebração do negócio jurídico.

48. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, nos termos do art. 447 do Código Civil.

- a) Podem as partes, por cláusula expressa, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- b) Nos termos da cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, não tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu.
- c) As benfeitorias úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, não serão pagas pelo alienante.
- d) Se as benfeitorias abonadas ao que sofreu a evicção tiverem sido feitas pelo alienante, o valor delas não será levado em conta na restituição devida.
- e) Pode o adquirente demandar pela evicção, mesmo se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.

49. Os contratos aleatórios caracterizam-se por terem prestações de uma ou de ambas as partes não conhecida inteiramente no momento da contratação. Sobre esta modalidade de contratação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, mesmo que de sua parte tenha havido culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.
- b) Se for aleatório, por serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, também terá direito o alienante a todo o preço, se de sua parte tiver concorrido dolosamente, ainda que a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada
- c) Se for aleatório, por serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de nada vir a existir, alienação não haverá se não houver prestação, podendo o alienante, mesmo assim, apropriar-se do preço recebido.
- d) Se for aleatório o contrato, por se referir a coisas existentes, mas expostas a risco, assumido pelo adquirente, terá igualmente direito o alienante ao preço, mas com abatimento, se a coisa já não existisse, em parte, ou de todo, no dia do contrato.
- e) A alienação aleatória por se referir a coisas existentes, mas expostas a risco, assumido pelo adquirente, poderá ser anulada como dolosa pelo prejudicado, se provar que o outro contratante não ignorava a consumação do risco, a que no contrato se considerava exposta a coisa.

50. Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Essa é a chamada cláusula geral da responsabilidade civil, que tem ainda no ordenamento uma série de particularidades. Sobre este assunto, é CORRETO dizer que:

- a) Haverá obrigação de reparar o dano, nos casos especificados em lei, e nos casos em que, por negligência, imprudência ou imperícia, a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- b) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, nem mesmo subsidiariamente.
- c) A indenização devida pelo incapaz, quando houver, deverá ser equitativa e não terá lugar se o privar do necessário para viver.
- d) Ressalvados os casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem subjetivamente pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
- e) Aquele que indenizar o dano causado por terceiro pode reaver o que houver pago, mesmo se o dano for causado por descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

51. Ainda sobre o tema da responsabilidade civil:

- a) A indenização mede-se pela extensão do dano. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz ampliar a indenização.
- b) Se a vítima concorrer para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com o dolo do autor do dano.
- c) Se a obrigação for indeterminada, e não houver na lei ou no contrato disposição fixando a indenização devida pelo inadimplente, não haverá como se apurar o valor das perdas e danos.
- d) Mesmo se o devedor puder cumprir a prestação na espécie ajustada, admitir-se-á a sua substituição pelo seu valor, em moeda corrente.
- e) Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, a indenização incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou.

52. Assinale a alternativa CORRETA sobre a posse:

- a) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa não dividida, cada uma delas poderá exercer sobre a coisa atos possessórios não excludentes dos demais.
- b) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- c) É justa a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- d) O possuidor com boa-fé tem por si a presunção absoluta de posse justa, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção.
- e) A posse com justo título só perde este caráter no caso e desde o momento em que se recusa o registro e as circunstâncias façam presumir, de forma absoluta, que o possuidor ignora que possui indevidamente.

53. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. Sobre o direito real de propriedade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O direito de propriedade pode eventualmente ser exercido em dissonância com as suas finalidades econômicas e sociais, desde que sejam preservados os possuidores de boa-fé e, em conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.
- b) São fomentados os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
- c) O proprietário pode ser privado da coisa nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, mas não nos de requisição, em caso de perigo público iminente.
- d) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em qualquer altura e profundidade, podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que tenha ele interesse legítimo em impedi-las.
- e) A propriedade do solo não abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.

54. Os filhos estão sujeitos ao poder familiar enquanto menores. Desta maneira, podemos afirmar que:

- a) Durante o casamento, compete o poder familiar aos pais; na união estável ou na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.
- b) Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.
- c) A separação extrajudicial não altera as relações entre pais e filhos, apenas o divórcio e a dissolução da união estável, quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos.
- d) O filho, não reconhecido pela mãe, fica sob poder familiar exclusivo do pai; se o pai não for conhecido ou capaz de exercê-lo, dar-se-á curador ao menor.
- e) Compete à mãe, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, ainda que conhecido o pai.

55. Extingue-se o poder familiar, nos termos do art. 1.635, do Código Civil:

- a) pela morte de um dos pais ou de um dos filhos;
- b) pela emancipação legal ou judicial, jamais pela emancipação voluntária, nos termos do art. 5, parágrafo único;
- c) pelo atingimento dos 16 anos (maioridade relativa), ainda que sujeito a curatela;
- d) pela adoção;
- e) pela guarda ou pela colocação em família substituta.

56. NÃO é obrigatório o regime da separação de bens no casamento:

- a) do viúvo ou da viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros;
- b) do sexagenário.
- c) da viúva, ou da mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal
- d) do divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.

e) do tutor ou do curador e dos seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas.

57. No regime de comunhão parcial, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento. NÃO se excluem da comunhão:

- a) os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges.
- b) as obrigações anteriores ao casamento.
- c) as obrigações provenientes de atos ilícitos, salvo reversão em proveito do casal.
- d) os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.
- e) as pensões, meios-soldos, montepios e outras rendas semelhantes.

58. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação. Sobre os alimentos, marque a alternativa CORRETA:

- a) Os alimentos não devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante, mas no limites dos recursos da pessoa obrigada.
- b) São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.
- c) O dever de prestação de alimentos é exclusivo dos pais em benefício dos filhos, podendo ser estendido a todos os descendentes, independente do grau, uns em falta de outros.
- d) Na falta dos descendentes cabe a obrigação aos ascendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos primos e tios, assim germanos como unilaterais
- e) Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, a exoneração ou redução. Se a mudança na situação financeira for de quem os recebe, cogita-se apenas de majoração do encargo.

59. A união estável NÃO se constituirá entre:

- a) ascendentes e descendentes, mesmo que o parentesco seja decorrente de adoção.
- b) os afins em linha colateral até o quarto grau inclusive.
- c) o adotante com quem foi namorado do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
- d) os irmãos, unilaterais ou bilaterais, tios, primos e demais colaterais, até o quinto grau inclusive.
- e) as pessoas casadas.

60. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Desta maneira, é possível afirmar que:

- a) a sucessão será sempre regida por ato de última vontade.
- b) a sucessão é regida pela lei vigente ao tempo da morte; enquanto que a legitimação para suceder, pela lei vigente no momento da partilha.
- c) havendo sobrinhos, o testador só poderá dispor da metade da herança.
- d) na falta de primos, herdarão os tios e, não os havendo, os irmãos destes.
- e) a sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.

61. É entendimento consolidado no STJ que:

- a) A coabitação é elemento indispensável à caracterização da união estável.
- b) É possível o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas.
- c) Na união estável de pessoa maior de setenta anos, impõe-se o regime da separação obrigatória, sendo possível a partilha de bens adquiridos na constância da relação, desde que comprovado o esforço comum.
- d) Existe firme possibilidade de se pleitear indenização por serviços domésticos prestados com o fim da união estável, evitando-se assim grave discriminação frente ao casamento, que tem primazia constitucional de tratamento.
- e) Comprovada a existência de união homoafetiva, não se reconhece o direito do companheiro sobrevivente à meação dos bens adquiridos a título oneroso ao longo do relacionamento, já que ele deve ser considerado herdeiro necessário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Eduardo Calvert

62. Sobre a jurisdição e o modelo processual civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Jurisdição é função do Estado, destinada à solução imperativa de conflitos e exercida mediante a atuação da vontade do direito em casos concretos e é exercida de forma exclusiva pelos órgãos do Poder Judiciário.
- b) A jurisdição é forma de heterocomposição dos conflitos e está sujeita ao controle externo, nos termos delimitados na Constituição Federal.
- c) A jurisdição também é exercida pelos árbitros, nos limites da lei de regência do procedimento arbitral.
- d) O processo civil brasileiro adota a teoria eclética da ação, a qual reconhece que o direito de ação está vinculado à existência do direito subjetivo afirmado pelo autor e condiciona a análise de mérito dos pedidos à presença das condições da ação.
- e) O processo civil brasileiro adota as condições da ação como pressupostos de admissibilidade do julgamento de mérito, havendo previsão expressa no Código de Processo Civil a respeito desta categoria no modelo de processo adotado.

63. Nos autos de processo de natureza condenatória, houve liminarmente a concessão de tutela de urgência de natureza cautelar, consistente no arresto de bens do réu, diante do risco ao resultado útil do processo representado pela dilapidação do patrimônio do réu. Durante a audiência de instrução e julgamento, o advogado do réu tomou conhecimento do fato de que o juiz é sobrinho do advogado do autor. Sobre essa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) A tutela de urgência de natureza cautelar não poderia ser deferida liminarmente nos próprios autos da demanda principal.
- b) Por se tratar de hipótese de suspeição do magistrado, o réu não poderá mais argui-la no processo, uma vez que deixou de fazê-lo em sede de contestação.

- c) Por se tratar de hipótese de impedimento do magistrado, deverá o réu alegar o impedimento por meio de incidente proposto no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, diretamente perante o Tribunal de Justiça.
- d) Inexiste, na situação, hipótese de suspeição ou de impedimento do magistrado.
- e) A decisão que deferiu a tutela de urgência é nula.

64. Sobre a atuação da Defensoria Pública em juízo, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.
- b) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, regra também aplicável aos escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito reconhecidas na forma da lei e às entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública.
- c) O membro da Defensoria Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- d) A requerimento da Defensoria Pública ou de ofício, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.
- e) O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público.

65. Em relação à sentença e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Após a publicação da sentença pela imprensa oficial, o juiz só poderá alterá-la para corrigir-lhe inexatidões materiais ou erros de cálculo ou por meio de embargos de declaração.
- b) O juiz não poderá conhecer de ofício fato posterior à propositura da demanda constitutivo, modificativo ou extintivo do direito que influir no julgamento de mérito e tomá-lo em consideração no momento de proferir a decisão.

- c) A decisão do juiz deve ser certa, ainda que resolva relação jurídica condicional.
- d) A sentença de natureza condenatória, relativa a obrigação de pagar, de fazer ou de não fazer, vale como título constitutivo de hipoteca judiciária.
- e) A sentença não sujeita a recurso dotado de efeito suspensivo, que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.

66. Tolstói propôs demanda de natureza condenatória contra Fiódor em decorrência de danos materiais e morais que afirma sofridos em decorrência de acidente de trânsito envolvendo as partes. Segundo Tolstói afirmou em sua petição inicial, Fiódor, conduzindo o seu veículo automotor, teria desrespeitado sinalização de parada obrigatória em cruzamento e ocasionado o acidente. A demanda foi proposta no foro de domicílio do autor. Diante dessa hipótese concreta, assinale a alternativa correta.

- a) Eventual arguição de incompetência relativa por parte de Fiódor deverá ser acolhida.
- b) A contestação de Fiódor poderá ser protocolada no foro de seu domicílio, desde que alegue a incompetência, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.
- c) A alegação de incompetência, relativa ou absoluta, deve ser feita por Fiódor em preliminar de contestação. A impugnação ao valor dado à causa, por meio de petição autônoma.
- d) Caso Fiódor afirme em sua contestação que Tolstói foi o culpado pelo acidente, poderá formular pedido contraposto e requerer a condenação de Tolstói ao pagamento dos danos sofridos.
- e) É cabível agravo de instrumento da decisão que acolher eventual arguição de incompetência relativa, mas não é cabível em relação à decisão que a rejeitar.

67. Analise as seguintes afirmações acerca da disciplina do Código de Processo Civil sobre o procedimento comum:

I. Nas causas que dispensem fase instrutória, o juiz poderá julgar liminarmente improcedente o pedido, independentemente da citação do réu, se o pedido contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, acórdão proferido por estes Tribunais Superiores em julgamento de recursos repetitivos, entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência. Em relação aos enunciados de súmulas de Tribunal de Justiça, no entanto, o juiz somente poderá fundamentar a improcedência liminar do pedido em se tratando de súmula sobre direito local.

II. A possibilidade de exercício do juízo de retratação diante do recurso de apelação somente existe nas hipóteses em que o julgamento ocorrer sem resolução de mérito.

III. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. A audiência, no entanto, não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; quando não se admitir autocomposição; e quando a conciliação for improvável em razão da matéria objeto da demanda.

Estão incorretas as afirmações contidas:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item III.
- c) Em nenhum item.
- d) Apenas nos itens I e III.
- e) Apenas nos itens II e III.

68. Dilma propôs demanda contra Jair, pretendendo a declaração de nulidade de determinado negócio jurídico e a condenação do réu à restituição dos valores entregues por Dilma a Jair em decorrência do negócio reputado nulo. Subsidiariamente, para a hipótese de improcedência do pedido declaratório, pediu a condenação de Jair ao cumprimento da obrigação estipulada no contrato. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) Entre os pedidos de declaração de nulidade do negócio jurídico e de condenação à restituição de valores existe cumulação imprópria e eventual de pedidos.
- b) O valor da causa deverá corresponder à soma do valor de todos os pedidos formulados.
- c) O valor da causa deverá corresponder ao pedido de maior valor.
- d) O valor da causa deverá corresponder ao valor do negócio jurídico somado ao valor do pedido de restituição de valores.
- e) A cumulação de pedidos, do modo como estes foram formulados, não é admissível, uma vez que o pedido de condenação de Jair ao cumprimento de obrigação é incompatível com o pedido de declaração de nulidade do negócio jurídico.

69. Analise as afirmações abaixo acerca das modalidades de intervenção de terceiros e assinale a alternativa correta:

- a) Na denunciação da lide, se o denunciante for vencedor na demanda principal, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, não havendo condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.
- b) O chamamento ao processo não poderá ser realizado se o chamado residir em outra comarca, seção ou subseção judiciária, a não ser que compareça espontaneamente nos autos.
- c) Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação do sócio ou administrador da sociedade cuja personalidade se pretende desconsiderar.

- d) Na hipótese de denunciação da lide feita pelo autor, o denunciado será citado primeiramente e poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
- e) O deferimento da assistência simples depende da inexistência de impugnação das partes, a qual deve ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias.

70. Em demanda que tramita perante a vara cível e que veicula pedido de natureza declaratória e condenatória, o juiz proferiu sentença em audiência, julgando procedentes os pedidos formulados pelo autor. Também na sentença, o juiz concedeu ao autor tutela antecipada, permitindo a imediata eficácia da sentença. Considerando que o réu é representado pela Defensoria Pública, responda:

- a) Contra a sentença caberá recurso de apelação. Caberá também recurso de agravo de instrumento contra a parte da sentença que concedeu a tutela antecipada. Em ambos os casos, o prazo para a interposição será de 15 dias, contados a partir da intimação sobre a sentença feita em audiência.
- b) Contra a sentença caberá recurso de apelação, exclusivamente. O prazo para a interposição será de 30 dias, contados a partir da intimação sobre a sentença feita em audiência.
- c) Contra a sentença caberá recurso de apelação. Caberá também recurso de agravo de instrumento contra a parte da sentença que concedeu a tutela antecipada. Em ambos os casos, o prazo para a interposição será de 30 dias, contados a partir da intimação sobre a sentença feita em audiência.
- d) Contra a sentença caberá recurso de apelação. Caberá também recurso de agravo de instrumento contra a parte da sentença que concedeu a tutela antecipada. Em ambos os casos, o prazo para a interposição será de 30 dias, contados a partir da intimação pessoal do defensor público, por carga, remessa ou meio eletrônico.
- e) Contra a sentença caberá recurso de apelação, exclusivamente. O prazo para a interposição será de 30 dias, contados a partir da intimação pessoal do defensor público, por carga, remessa ou meio eletrônico.

71. Sobre os recursos e sua disciplina do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. A desistência, no entanto, não impede o conhecimento do recurso adesivo.
- b) Como regra, os recursos não impedem a eficácia da decisão, ressalvando-se disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso
- c) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado, pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- d) Na hipótese de litisconsórcio necessário, o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita.
- e) O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado na pessoa de seu advogado para suprir o vício no prazo de 5 (cinco) dias.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

72. A Organização das Nações Unidas, em 1985, estabeleceu diretrizes para a legislação consumerista e consolidou a ideia de que o Direito do Consumidor se trata de:

- a) um direito humano de primeira geração, um direito civil e político, um direito de igualdade substancial, do vulnerável, de segurança e informação sobre produtos, serviços e suas condições de venda.
- b) um direito humano de segunda dimensão, um direito civil e político, um direito de escolha de bens alternativos de qualidade satisfatória a preços razoáveis, e de ser ouvido nos processos de decisão governamental.
- c) um direito humano de quarta geração, um direito social e econômico, um direito de igualdade substancial, do indivíduo comum nas suas relações horizontais frente os fornecedores de produtos e serviços, que nesta posição são parceiros considerados 'fortes' ou em posição de poder.

d) um direito humano de nova geração, um direito social e econômico, um direito de igualdade material do mais fraco, do cidadão civil nas suas relações privadas frente aos profissionais, os fornecedores de produtos e serviços, que nesta posição são experts, parceiros considerados em Machtposition.

e) um direito fundamental de terceira geração, um direito de liberdade, um direito de igualdade formal, do vulnerável, de segurança e informação sobre produtos, serviços e suas condições de venda.

73. Patrícia adquiriu um aparelho televisor novo. Contudo, dez dias após a compra, o produto apresentou um problema na tela. A consumidora, então, pleiteou a imediata restituição do preço, o que foi negado pelo fornecedor sob o fundamento de que o produto poderia ser consertado, substituindo a tela por outra, porém de outro modelo. Nesse caso, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

a) caso o vício não seja sanado no prazo de sete dias, Patrícia pode exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.

b) mesmo que o vício possa ser sanado, Patrícia possui direito a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, uma vez que a substituição da parte viciada pode comprometer a qualidade ou características do produto.

c) diante do vício ter se apresentado após sete dias da compra, Patrícia apenas poderá pleitear a substituição do produto ou o abatimento proporcional do preço.

d) Patrícia apenas terá direito à restituição do preço se o vício do produto não for reparado no prazo legal de trinta dias, que pode ser aumentado ou diminuído por convenção das partes.

e) Patrícia e o fornecedor podem convencionar a redução ou ampliação do prazo para sanar o vício, não podendo ser inferior a sete nem superior a noventa dias.

74. Com relação às práticas comerciais, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

a) A condenação por danos a mercadoria ou carga em transporte aéreo internacional está sujeita aos limites previstos nas convenções e tratados internacionais, bem como ao Código de Defesa do Consumidor.

b) Não constitui prática comercial abusiva o lançamento de dois modelos diferentes para o mesmo automóvel, se ocorrerem no mesmo ano, ambos anunciados como novo modelo para o próximo ano.

c) A inserção de cartões informativos, inserts ou onserts, no interior das embalagens de cigarros não constitui prática de publicidade abusiva apta a caracterizar dano moral coletivo, por não transmitir nenhum elemento de persuasão ao consumidor.

d) É válida a cláusula de contrato de seguro limitativa da cobertura apenas a furto qualificado que deixa de esclarecer o significado e o alcance do termo técnico-jurídico específico e a situação referente ao furto simples.

e) Em ação redibitória, o consumidor que teve restituição do valor pago pelo fornecedor não tem obrigação de devolver o bem considerado inadequado ao uso.

75. Com relação às Ações Coletivas Para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos, é correto afirmar:

a) Os legitimados poderão propor apenas em nome próprio ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, de acordo com o disposto nos artigos seguintes.

b) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito regional.

c) Decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados para a ação promover a liquidação da indenização devida, ressalvada a ação de execução.

d) Em caso de concurso de créditos decorrentes de condenação prevista em Ação Civil Pública e de indenizações pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, estas terão preferência no pagamento.

e) Proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como assistentes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor.

76. Fortunato descobriu ser portador de uma grave doença cardíaca crônica, tendo seu médico receitado para ele um medicamento que, na época, custava cerca de R\$ 100 mil (cem mil reais). Impossibilitado de custear o tratamento, Fortunato solicitou que o seu plano de saúde lhe fornecesse o medicamento, o que foi negado pela operadora, sob o argumento de que se trata de um remédio de uso domiciliar, para administração em ambiente externo ao da unidade de saúde. Inconformado com a recusa, ele procurou a Defensoria Pública. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

a) Os medicamentos receitados por médicos para uso doméstico e adquiridos comumente em farmácias estão, em regra, cobertos pelos planos de saúde.

b) As normas do Código de Defesa do Consumidor aplicam-se diretamente aos planos de saúde, e, em casos de incompatibilidade de normas, pelos critérios da especialidade e da cronologia, deve prevalecer a lei especial mais nova.

c) É lícita a exclusão, pela operadora de plano de saúde, do fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, salvo os antineoplásicos orais (e correlacionados), a medicação assistida (home care) e os incluídos no rol da Agência Nacional de Saúde para esse fim.

d) Se o contrato de plano de saúde contiver cláusula que vede de forma absoluta o custeio do serviço de home care (tratamento domiciliar), a operadora do plano não será de modo algum obrigada a custeá-lo em substituição à internação hospitalar contratualmente prevista.

e) No âmbito do Sistema Único de Saúde, a assistência farmacêutica está em atividade, mas inexistente qualquer política pública que garanta o acesso de fármacos à população, especialmente os de alto custo, devendo o necessitado sempre recorrer ao Poder Judiciário.

PRINCÍPIO E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Marcos Gomes

77. De acordo com a Lei Complementar Estadual n. 26/2006, assinale a alternativa INCORRETA relacionada à autonomia funcional, administrativa e iniciativa de proposta orçamentária da Defensoria Pública do estado da Bahia.

a) Cabe à DPEBA expedir carteira funcional para os seus membros e servidores.

b) Compete à DPEBA elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos.

c) Incumbe à DPEBA propor ao Poder Executivo a criação e a extinção de seus cargos e de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos e vantagens dos seus membros e de seus servidores.

d) Está dentro da autonomia da DPEBA prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares e os cargos em comissão, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado.

e) A Defensoria Pública elaborará a sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias que, após aprovação do Conselho Superior da Defensoria Pública, será encaminhada pelo Defensor Público-Geral ao Poder Legislativo.

78. De acordo com a Lei Complementar Estadual n. 26/2006, assinale a alternativa correta acerca da organização administrativa da DPEBA:

- a) O Gabinete do Defensor Público-Geral é órgão de administração superior.
- b) A Coordenadoria das Defensorias Públicas Regionais é órgão auxiliar.
- c) A Coordenadoria das Defensorias Públicas Especializadas é órgão auxiliar.
- d) A Ouvidoria é órgão de administração superior, valorizando-se a participação popular na estrutura da carreira.
- e) As Defensorias Públicas Regionais são órgãos auxiliares.

79. Os princípios institucionais da Defensoria Pública foram elevados a princípios constitucionais pela Emenda Constitucional nº 80. Nesse sentido, tanto o Poder Judiciário, como também o Poder Legislativo e Executivo, deverão levar em consideração as diretrizes constitucionais para a interpretação e aplicação das normas jurídicas. Assim, tais princípios, que possuem aplicabilidade direta e imediata. Além de servirem como parâmetro de controle de constitucionalidade, atuarão como verdadeiros postulados normativos, auxiliando o operador do Direito na interpretação e na aplicação da norma jurídica. Importante ressaltar que, por meio de uma visão neoconstitucional, tais princípios passam a ter força normativa, com verdadeira eficácia positiva, podendo ser exigida sua observância, inclusive por meio de judicialização no perante o Poder Judiciário. Acerca do tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em que pese as ramificações institucionais existentes (União, estados, DF e territórios), a Defensoria Pública deve ser vista como uma instituição única.
- b) Como decorrência lógica do princípio da indivisibilidade, evita-se que um ato seja vinculado a um defensor específico, possibilitando a atuação da Defensoria Pública por meio de defensores públicos distintos.
- c) Conforme o Princípio da Independência Funcional, o defensor deve atuar conforme sua convicção, evitando subordinações que não seja a lei e a Constituição.

d) Se um defensor substitui outro de férias, não poderá deixar de seguir a estratégia processual trilhada pelo defensor público substituído.

e) Em que pese a Defensoria Pública ser uma instituição plural, no exercício de sua atividade, deve o defensor público observar um sistema ético decorrente dos meios e objetivos institucionais da Defensoria Pública.

80. Em relação a atribuição *custos vulnerabilis*, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Partindo da ideia das posições processuais dinâmicas, a atuação como *custos vulnerabilis* não se enquadra na ideia de representante processual e nem de legitimação extraordinária.

b) Um dos pressupostos apontados por parte da doutrina institucional para a atribuição como *custos vulnerabilis* consiste na adoção de um modelo público de assistência jurídica.

c) O art. 554, §1º, do CPC aborda expressamente que, no caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de vulnerabilidade, da Defensoria Pública.

d) A atribuição *custos vulnerabilis* não se confunde com os institutos da curadoria especial, atribuição *custos legis* do Ministério Público e nem mesmo com a figura do *amicus curiae*.

e) A intervenção como *custos vulnerabilis* em um determinado processo poderá ocorrer ainda que não esteja encampada pelo art. 554, §1º, CPC.

81. Marque a alternativa INCORRETA no que tange ao entendimento dos Tribunais Superiores e a normativa acerca das prerrogativas institucionais:

- a) A jurisprudência dos Tribunais Superiores pacificou o entendimento de que, por implicar violação do direito de ampla defesa do réu, a ausência de intimação pessoal do defensor público, bem como do defensor dativo ou nomeado, constitui nulidade absoluta.
- b) A intimação da Defensoria Pública, a despeito da presença do defensor na audiência de leitura da sentença condenatória, se perfaz com a intimação pessoal mediante remessa dos autos.
- c) Conforme entendimento consolidado do STJ, para que a Defensoria Pública tenha direito ao prazo em dobro, a parte, representada pela a Defensoria Pública, deve realizar a comunicação prévia ao juízo, dentro do prazo legal, de tal situação, até mesmo para que o juízo tenha ciência do patrocínio pela Defensoria Pública.
- d) O STJ possui entendimento firmado no sentido da desnecessidade de inscrição na ordem dos advogados do Brasil pelos defensores públicos para o exercício de suas atividades.
- e) É prerrogativa dos defensores públicos comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento.

82. São direitos dos assistidos previstos expressamente na LC n. 80/94:

- I – Direito de informação sobre localização e horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública.
- II – Direito de informação sobre a tramitação dos processos e os procedimentos para a realização de exames, perícias e outras providências necessárias à defesa de seus interesses.
- III – Direito de um atendimento com qualidade e eficiente.
- IV - O direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público.

V – O patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural, inclusive com a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.

Estão corretas as afirmativas contidas em:

- a) I, II, III, IV e V.
- b) I, II, III, IV.
- c) I, II, IV e V.
- d) II, III, IV e V.
- e) I, II, III e V.

83. Acerca dos modelos de prestação de assistência jurídica/judiciária, assinale a alternativas INCORRETA:

- a) O modelo *salaried staff* é marcado pela prestação pulverizada, *case by case*, por meio de servidores públicos remunerados pelo Estado.
- b) O modelo público permite que a assistência jurídica transborde uma atuação meramente individual.
- c) O modelo *pro bono* caracteriza-se pela prestação da assistência judiciária prestada por profissionais liberais – advogados – de maneira caritativa.
- d) O modelo público adotado pelo Brasil é reforçado por resoluções da OEA (Organização dos Estados Americanos) sobre acesso à justiça.
- e) No modelo *Judicare* Indireto, a coordenação do serviço, gerenciamento e pagamento é realizado por entidades não estatais.

84. Sobre o tema Defensoria Pública e Direitos Humanos, é incorreto afirmar que:

- a) No Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, o Pacto de San José da Costa Rica dispõe sobre o direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado.
- b) É objetivo da Defensoria Pública expressamente previsto em lei a prevalência e efetividade dos direitos humanos.
- c) É atribuição da Defensoria Pública representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos.
- d) No seu *mister* de atuar na proteção de Direitos Humanos, a Defensoria Pública poderá atuar como *amicus* no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e até mesmo participar de audiências públicas.
- e) A Organização dos Estados Americanos é o mais antigo organismo regional do mundo. A Organização foi criada para alcançar nos Estados membros, como estipula o Artigo 1º da Carta, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”. Esse organismo possui importante estrutura que inclui o diálogo político, inclusividade, cooperação, instrumentos jurídicos, a exemplo da Resolução AG/RES. n. 2.887/2016, que busca fortalecer o modelo público de assistência jurídica, em que pese não se referir especificamente à grupos em situação de vulnerabilidade.

ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO E DA HISTÓRIA DA BAHIA

Sérgio Henrique

85. A Revolta dos Búzios

- a) ganhou rápida difusão por meio de panfletos distribuídos à população e do apoio de grande parte da imprensa à causa independentista e abolicionista, resultando em motim com ampla adesão de militares baianos, que resistiram belicamente até serem completamente derrotados.
- b) pautou-se por bandeiras liberais, dentre as quais a abertura dos portos, a diminuição de impostos, a ampliação do direito à cidadania; tendo sido conduzida

por soldados e alfaiates negros, inspirados pela Independência das Treze Colônias inglesas e a conquista do fim da escravidão obtida nesse episódio.

- c) iniciou-se em reuniões integradas por intelectuais e membros da elite baiana, como Cipriano Barata, que pregava a independência do Brasil nos mesmos moldes da Inconfidência Mineira, e foi rapidamente disseminada entre a população escravizada, que a revestiu de uma pauta mais radical.
- d) foi organizada pela loja maçônica denominada Cavaleiros da Luz, em nome da igualdade racial e social, da democracia e dos fins dos privilégios da elite letrada, tendo sido rapidamente reprimida com a imputação da pena capital ao conjunto dos líderes e simpatizantes.
- e) contou com participação de escravizados, bem como profissionais liberais e militares de baixa patente, e pregava o fim da escravidão e a formação de uma República Bahiense, em parte inspirada nos ideias da Revolução Francesa e na experiência da Revolução Haitiana.

86. Considere o trecho: A beleza, o mistério e a pompa dos terreiros de umbanda e candomblé pelo Brasil afora, em particular na Bahia, vêm de longe, no tempo e no espaço. Nasceram da cultura e da religiosidade dos negros que deixaram tantas outras marcas profundas em nossa sociedade, desde que foram retirados à força de suas comunidades e aqui desembarcaram em finais do século XVI, trazendo crenças e ritos cuja prática muitas vezes lhes custou caro.

(CALAINHO, Daniela Bueno. Nossa história. São Paulo/Rio de Janeiro: Vera Cruz; Biblioteca Nacional. Ano 2, n. 18, abr. 2005, p.67).

Com base no exposto, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A tradicional lavagem das escadarias da igreja do Senhor do Bonfim teria surgido de um culto em homenagem a Oxalá, orixá ioruba responsável pela criação do céu e da terra e de todos os seres.
- b) À mistura de tradições diferentes, por vezes até opostas, dá-se o nome de fanatismo religioso, presente nas procissões, nas festas populares, no pagamento de promessas e no culto aos santos.

- c) A convergência de interesses entre a Igreja Católica e a Coroa portuguesa levou à cristianização forçada dos africanos civilizados.
- d) Como forma de resistência à opressão e para preservarem vivas suas tradições, os escravos incorporaram e adaptaram elementos do catolicismo à tradicional religiosidade africana.
- e) Os escravos de origem ioruba que vieram para o Brasil trouxeram consigo seus costumes e a fé em Oxalá.

87. Representação política das províncias no Segundo Reinado: São Paulo tinha 3 senadores, como o Pará, enquanto a Bahia tinha 6, Minas Gerais, 10, Pernambuco, 6 e o Rio de Janeiro, 5. Na Câmara dos Deputados, acontecia o mesmo: São Paulo tinha 9 deputados, o Ceará, 8, Pernambuco, 13, Bahia, 14, Rio de Janeiro, 12 e Minas 20.

(Adaptado de Luís Koshiha e Denise M. F. Pereira. História do Brasil. São Paulo: Atual, 2003, p. 325)

O panorama apresentado nos textos revela que a representação política não acompanhou as transformações econômicas, criando um descompasso entre as duas esferas. Desde a independência baiana o federalismo foi cada vez mais influente ao longo do século XIX. Em relação ao federalismo na Bahia, assinale a alternativa correta.

- a) se intensificou a luta pela ampliação da representação política conforme a renda produzida nas províncias.
- b) houve a aproximação de militares e monarquistas nos movimentos que levaram à queda do regime.
- c) 1832 ocorreu a Revolução Federalista, em São Félix e Cachoeira, liderado por Bernardo Guannaes Mineiro.
- d) se disseminaram os princípios positivistas, que influenciaram particularmente os movimentos tenentistas.
- e) Em 1824 emergiram movimentos provinciais, que se orientavam no sentido da igualdade política e do abolicionismo, em Salvador.

88. O processo de independência da Bahia se insere em um contexto mais amplo do processo separatista do continente americano. Contudo, esse processo nem sempre ocorreu da mesma forma. Sobre o processo de independência da Bahia, podemos afirmar que:

- a) A separação da Bahia destoou do resto do Brasil, devido ao fato de a independência baiana ter ocorrido paralelamente à abolição da escravidão indígena e africana.
- b) A independência da Bahia caracterizou-se por ter sido um movimento popular, fato simbolizado nas figuras do caboclo e da cabocla, no desfile do 2 de Julho, além do destaque da combatente Maria Quitéria.
- c) O processo de separação política baiana da metrópole possibilitou a alteração da estrutura latifundiária e a doação de terras às comunidades indígenas baianas.
- d) A forte participação dos elementos indígena e africano no processo de independência baiana contribuiu para, após a separação política, se consolidar uma democracia racial na Bahia.
- e) O caráter popular da independência baiana consolidou, no Estado, uma estrutura política democrática, com ampla participação eleitoral das camadas populares.

89. A Revolta dos Malês, em 1835, foi um movimento:

- a) influenciado pela revolução haitiana; buscou acabar com a escravidão no Brasil, promovendo o extermínio dos brancos e indígenas, assim que submetesse a monarquia e assumisse o poder político do país.
- b) de libertação que contou com o apoio de quilombolas e indígenas no interior da Bahia. Entre suas propostas, a que mais amedrontou a sociedade escravista da época era, a de fazer escravos os brancos e destruir os símbolos das igrejas católicas além de matar todos os padres e a família real.
- c) foi organizado por negros islamizados e alfabetizados, que difundiram as reivindicações e a forma do levante escrevendo pelas paredes da cidade em árabe, dificultando alguma forma de antecipação de repressão pelos escravocratas da época. Duas das principais intenções em tomar o poder eram: abolir a escravidão e ter o direito de se converterem ao cristianismo;

d) foi organizada por africanos escravizados de origem islâmica, planejada através de inscrições pela capital baiana. Além da intenção de acabar com a escravidão, os revoltosos pretendiam confiscar os bens dos brancos, construir um reino islâmico e transformarem escravos os não islamizados.

e) O levante dos escravos malês aconteceu em Cachoeira e Nazaré, a partir da zona rural e partiram para tomar Salvador. E apesar de as autoridades terem se preparado, graças ao aviso de traidores, os escravos quase tomaram conta da cidade.

90. Se, por um lado, a dimensão política do modelo de Estado [...] decorre da dimensão religiosa do pensamento de seu fundador e, assim, ambas se suportam reciprocamente, o mesmo parece ter ocorrido com a dimensão econômica do desenho daquela sociedade. De fato, a fortíssima raiz cultural do trabalho coletivista e da ajuda mútua no meio rural, [...], largamente empregados na região da caatinga, sugerem que o Estado [...] desenvolveu-se com a prática disseminada de um modelo de economia centrada na produção coletivista e que [...] foi na realidade um grande mutirão. (SE..., 2011).

A análise do texto, aliada aos conhecimentos sobre os movimentos sociais na Bahia, permitem afirmar que ele se refere à

- a) Conjuração Baiana, revolta popular contra a opressão da Igreja sobre a população sertaneja.
- b) Sabinada, movimento que pregava a liberdade de culto e religião e o rompimento político com Portugal.
- c) Revolta dos Malês, insurreição que defendia a queda do Império e a instalação do islamismo no sertão baiano.
- d) Revolta da Chibata, revolução de caráter comunista que defendia a queda da República.
- e) Revolta de Canudos, movimento de caráter místico-religioso que estabeleceu um povoado independente, cuja existência era pautada no comunitarismo.

91. Foi uma revolta de cunho autonomista, ocorrida no período do Brasil Império entre 1837 e 1838, na chamada Província da Bahia, liderada por um indivíduo com a formação de médico e jornalista. Teve como causa a insatisfação popular dos baianos no que se refere aos desmandos e a opressão do governo interessado em enriquecer a si próprio. Sua característica principal foi a grande participação das camadas mais populares da sociedade baiana, além de contar com integrantes da classe média e rica do estado, profissionais liberais, comerciantes, médicos, jornalistas, entre outros. Ao final do confronto o governo regencial tratou de julgar os líderes da revolta, condenando três deles a pena de morte. O confronto descrito recebeu o nome de:

- a) Conjuração Baiana.
- b) Revolta da Sabinada.
- c) Cabanagem.
- d) Guerra de Canudos.
- e) Balaiada.

92. As sociedades mudam suas práticas sociais e conservam outras através da sua convivência no decorrer do tempo histórico. Na época da colonização portuguesa, havia, no Brasil, uma sociedade marcada pela escravidão e a injustiça social. Nos engenhos produtores de açúcar,

- a) predominava o trabalho escravo e o poder dos proprietários, sem a interferência da religião, ausente do núcleo de dominação.
- b) havia mais liberdade social do que nos centros urbanos, devido à presença de núcleos de trabalho livre em quantidade expressiva.
- c) permaneciam relações de poder patriarcais na vida social, sendo a riqueza produzida importante para Portugal e sua colonização.
- d) mantinham-se práticas sociais hierarquizadas para os escravos, havendo liberdade para as mulheres.
- e) existia uma participação dos valores do catolicismo numa luta cotidiana contra a escravidão dominante nas relações sociais.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lúcia Reinert

93. De acordo com o ordenamento jurídico pátrio e o entendimento jurisprudencial, assinale a alternativa correta, em relação ao direito social à educação de crianças e adolescentes:

- a) A educação escolar compreende apenas a Educação básica que se divide em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
- b) A educação básica é direito subjetivo, mediante prestação gratuita, sendo obrigatória à partir dos 3 anos de idade.
- c) A educação básica é direito subjetivo, prestado mediante atividade gratuita, sendo razoável a distância de 2km ou mais, independentemente de concessão de transporte.
- d) O ensino superior não compreende a educação escolar.
- e) A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

94. Conforme entendimento atualizado do STJ e STF assinale a alternativa correta em relação ao direito à educação:

- a) O juízo competente para a propositura de ações relacionadas à oferta do direito à educação a crianças e adolescentes não é a Vara da Infância e Juventude local e sim a Vara da Fazenda Pública
- b) No julgamento da ADC 17 e da ADPF 292, o STF decidiu que a idade de 4 anos para a educação infantil e a de 6 anos para o ensino fundamental devem ser atingidas até o dia 31 de março do respectivo ano.
- c) A previsão legal de acesso à educação em unidade próxima a de sua residência não se trata de um direito da criança e sim um poder-dever do Poder Público, podendo, portanto, tal disposição ser invocada pelo Município para, compulsoriamente, transferir uma criança de unidade escolar.
- d) É dever dos pais matricular as crianças/adolescentes na rede regular de ensino, inclusive sob pena de responsabilização criminal por abandono de incapazes.

e) O STF, por unanimidade, decidiu que o ensino domiciliar (Homeschooling) é incompatível com a Constituição Federal de 1988.

95. Com base no Direito Penal Juvenil, no direito das meninas e do direito da individualização da medida socioeducativa, assinale a alternativa correta, conforme entendimento atualizado do STJ:

- a) De acordo com decisão recente do STJ, não há impeditivo legal para a internação de adolescente gestante ou com filho em amamentação, desde que seja garantida atenção integral à saúde do adolescente, além de asseguradas as condições necessárias para que a adolescente submetida à execução de medida socioeducativa de privação de liberdade permaneça com o seu filho durante o período de amamentação.
- b) Com base no Direito Penal Juvenil e tendo em vista que o Código de Processo Penal assegura às rés grávidas o direito à prisão domiciliar, o STJ entendeu que uma adolescente não pode receber tratamento mais gravoso que uma pessoa adulta e, que, portanto a internação de meninas grávidas seria ilegal.
- c) O Código de Processo Penal autoriza a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, em qualquer hipótese, quando mulheres gestantes, com base na Lei da Primeira Infância.
- d) Para o STJ é ilegal a internação de adolescente gestante ou com o filho em amamentação, com base na Lei da Primeira Infância.
- e) De acordo com o STJ, todas as meninas grávidas e internadas devem ser postas em liberdade, independentemente da gravidade do ato infracional, eis que a convivência familiar deve ser respeitada e mantida fora das unidades de fundação casa.

96. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) O STF reconheceu na ADI 3446/DF que é possível a apreensão de crianças e adolescentes para averiguação, ou por motivo de perambulação, desde que determinada por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária.
- b) De acordo com o STJ, emissora de TV pode ser condenada ao pagamento de indenização por danos morais coletivos em razão da exibição de filme fora do horário recomendado pelo Ministério da Justiça.
- c) A existência de vínculo familiar ou de parentesco constitui requisito para a legitimidade ativa do interessado na requisição da medida de perda ou suspensão do poder familiar, conforme entendimento atualizado do STJ.
- d) Para o STJ, os requisitos previstos no ECA em relação a adoção são obrigatórios e não se admite a flexibilização com fulcro no princípio da proteção integral.
- e) De acordo com o STJ, a contagem dos prazos nos ritos regulados pelo ECA ocorre em dias úteis.

97. Um dos temas mais debatidos na atualidade é a maioridade penal. No mais, a aplicação das regras do SINASE e o cumprimento de medidas socioeducativas quando do advento da maioridade penal são específicas. Em relação ao entendimento do STJ, assinale a alternativa correta em relação a superveniência da maioridade penal e os efeitos do cumprimento da medida.

- a) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.
- b) A superveniência da maioridade penal interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.

c) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional mas interfere na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.

d) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, exceto na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos

e) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 18 anos

98. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmação que não corresponde ao entendimento atualizado do tribunal superior.

- a) A prescrição penal é aplicável nas medidas sócio-educativas.
- b) É dispensável a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão de medida socioeducativa.
- c) Em caso de discordância parcial quanto aos termos da remissão, não pode o juiz modificar os termos da proposta do Ministério Público no ato da homologação, para fins de excluir medida em meio aberto cumulada com o perdão.
- d) O fato do adolescente estar cumprindo medida socioeducativa longe da família não viola o artigo 49 do ECA.
- e) No procedimento para aplicação de medida socioeducativa é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.

99. Em atenção ao Código de Regras de Direito de Menores, bem como diante da situação irregular de criança e adolescentes, assinale a alternativa correta, com base nos tratados internacionais de direitos humanos e no entendimento atualizado do Supremo Tribunal Federal.

- a) Incumbe primeiramente ao Estado responsabilizar-se com o direito à educação, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos das Crianças.
- b) É dever apenas da família da sociedade em geral, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária
- c) Em que pese haver previsão constitucional não há previsão no ECA quanto ao princípio da absoluta prioridade da criança e do adolescente.
- d) No julgamento da ADI 3446, o STF entendeu pela legitimidade da apreensão de crianças e adolescentes por motivo de perambulação.
- e) Não se pode confundir as medidas de proteção com as medidas de responsabilização. O ECA é um avanço no sentido de separação e articulação entre a rede de proteção e a rede de responsabilização

100. A Lei nº 12.594/2012 também denominada Lei do SINASE é responsável por regulamentar a forma de cumprimento das medidas socioeducativas. Diante desse cenário, assinale a afirmação que corresponde ao entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores:

- a) Há impeditivo legal para a internação de adolescente gestante ou com filho em amamentação ainda que seja garantida atenção integral à saúde do adolescente, além de asseguradas as condições necessárias para que a adolescente submetida à execução de medida socioeducativa de privação de liberdade permaneça com o seu filho durante o período de amamentação, em atenção ao Direito Penal Juvenil.

- b) O simples fato de não haver vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade em unidade próxima da residência do adolescente infrator impõe a sua inclusão em programa de meio aberto.
- c) Com base no livre convencimento motivado, o Juiz pode decidir contrariamente ao laudo psicossocial e impor medida diversa da sugerida pelo laudo.
- d) Para o STJ é inconstitucional a internação de adolescentes gestante ou com filho em amamentação, com base no Direito Penal Juvenil.
- e) No entendimento do STJ, é inconveniente a internação de adolescentes gestante ou com filho em amamentação, com base no Direito Penal Juvenil.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-DPE-BA-Defensor-19-06-21>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
